

NOTA TÉCNICA JURÍDICA 004/2022

EMENTA: CONSULTA DE INTERESSE GERAL ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE COM GESTÃO DO TETO MAC FEDERAL, QUE RECEBERAM RECURSOS FUNDO À FUNDO – DA GESTÃO ESTADUAL PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA OPERA-PR – CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS HOSPITALARES.

Trata-se de solicitação de orientação do COSEMS/PR a respeito da utilização dos recursos repassados pelo Fundo Estadual de Saúde, oriundos da Resolução SESA nº. 1104/2021, que “Institui o Programa Paranaense de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Paraná – “OPERA PARANÁ”.

A Resolução SESA acima citada destina recursos financeiros para ampliação do acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos, com os seguintes objetivos: I - Possibilitar o atendimento com equidade, integralidade, universalidade e transparência de todo o processo, com foco nas especialidades identificadas como prioritárias nas regiões e/ou macrorregiões de saúde; II - Otimizar recursos financeiros disponíveis, com complementação de recursos próprios quando necessário, utilizando critérios de escala para a realização dos procedimentos, visando qualidade e segurança assistencial, bem como fortalecimento das regiões de saúde.

Sobre o cálculo para a distribuição dos recursos financeiros e a forma de utilização, tem-se o estabelecido no art. 5º: “*Os recursos financeiros destinados para execução do Programa serão distribuídos, preferencialmente, de forma per capita, por município.*”

DS
CAL

DS
MRM

Com destaque:

§2º. Para os municípios que possuem a gestão dos recursos federais de média e alta complexidade dos estabelecimentos de saúde localizados em seu território, o repasse se dará na modalidade fundo a fundo.

§6º. A critério do gestor municipal poderão ser acrescidos recursos próprios complementares para custeio dos procedimentos com percentual de incremento superior ao previsto nas Resoluções SESA específicas de cada fase.

Conforme consta no artigo 5º, §2º. da referida resolução, os municípios com gestão do Teto Mac Federal receberão os recursos diretamente na modalidade fundo a fundo. Os valores recebidos são para contratação e pagamento dos procedimentos cirúrgicos eletivos para sua população, podendo ser acrescidos com recursos próprios do município para incremento do valor previsto nas resoluções SESA.

A relação entre o prestador de serviços hospitalares e o ente público, em todas suas esferas, Federal, Estadual, distrital e Municipal, são regidas de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) instituída na Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 do Ministério da Saúde.

A referida política de saúde tem sua relação materializada entre os entes públicos e os prestadores de serviços hospitalar por meio de instrumentos jurídicos dentre os quais encontram-se indicados na Portaria nº 3.410, de 30 de dezembro de 2013, especialmente no art. 24, sejam estes: (i) Convênio; (ii) Contrato Administrativo; (iii) Contrato de Gestão; (iv) Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos; e (v) Termo de Parceria.

Partindo das demandas recebidas dos municípios que possuem a gestão do Teto MAC sobre as possibilidades e formas de contratação dos serviços hospitalares, tem-se diferentes cenários concretos para os quais sugerem-se como possibilidades os

encaminhamentos que seguem:

Cenário I – Municípios tem em seu território prestadores de serviços com capacidade para realizar os procedimentos cirúrgicos eletivos apenas para sua população:

- Gestor deve celebrar Contrato Administrativo com o objeto definido pela Resolução SESA nº 1104/2021 com o prestador observando as disposições da Lei nº 8.666/93 - Lei nº 14.133/21, contendo o instrumento jurídico e os parâmetros descritivos previsto no art. 26 da Portaria nº 3.410 do Ministério da Saúde, com destaque as metas físicas e financeiras e demais condições de execução do objeto, monitoramento e avaliação da execução do contrato.

Cenário II - Municípios que tem em seu território prestadores de serviços com capacidade para realizar os procedimentos cirúrgicos eletivos para sua população **e/ou para outra região, microrregião de saúde:**

- Os municípios da região ou de outras regiões que também possuam a gestão do Teto MAC repassam, a depender de sua demanda, por meio de um instrumento jurídico formal, a exemplo do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, ou instrumento formal equivalente ao convênio público, sujeito às regras instituídas na Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Paraná, regulamentado pela Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE-PR. Os recursos repassados para o(s) município(s) sede do prestador deverão ser objeto de prévia pactuação em CIR para ciência e registro das ações.
- O município sede onde está localizado o prestador celebrará Contrato Administrativo com o(s) prestador(es) do seu território para atendimento da sua população e da população referenciada conforme pactuação. O Contrato Administrativo contemplará o objeto definido pela Resolução SESA nº 1104/2021 com o(s) prestador(es) observando as disposições da Lei nº 8.666/93 - Lei nº 14.133/21, contendo o instrumento jurídico e os parâmetros descritivos previsto no art. 26 da Portaria nº 3.410/2013 do Ministério da Saúde, com destaque as metas físicas e financeiras e demais condições de execução do objeto, monitoramento e avaliação da execução do contrato, devendo, inclusive conter menções à pactuação CIR.

DS
CAL

DS
MRM

Cenário III - Municípios que não possuem em seu território prestadores de serviços com capacidade para a realizar os procedimentos cirúrgicos eletivos.

- Caso a opção seja a pactuação com um outro município com gestão do Teto MAC, seja da sua região ou de outra região de saúde, segue o trâmite descrito no cenário II.
- Caso a opção seja por um serviço em determinado município, cuja gestão dos prestadores seja feita pelo ente estadual, os recursos recebidos da Resolução SESA nº. 1104/2021 devem ser restituídos à SESA para que sejam incluídos na programação de contratualização dos prestadores sob Gestão Estadual por meio dos Editais de Chamamento publicados pela Secretaria de Estado da Saúde.

Cenário IV - Municípios que integram Consórcios Públicos não há previsão na Resolução SESA nº 1104/2021, de realização dos procedimentos cirúrgicos eletivos por meio dos consórcios, portanto deverá ser objeto de pactuação em CIB e/ou o gestor estadual avaliar a conveniência de que a hipótese seja objeto de regulamentação por meio de ato da Secretaria de Estado da Saúde.

Feitas as considerações, em análise ao solicitado, é recomendável às Secretarias Municipais de Saúde que receberam em seus fundos municipais de saúde, os recursos do Programa Opera Paraná, que:

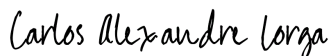
- ✓ Utilizem o recurso recebido para pagar os procedimentos cirúrgicos eletivos;
- ✓ Mesmo que já possuam contratos com os prestadores de serviços do território, que preferencialmente façam um instrumento específico para a aquisição dos serviços objeto do Programa Opera Paraná;
- ✓ Em pactuando a realização dos procedimentos em outros municípios com gestão do Teto MAC, promovam a devida pactuação em CIR e, conforme cenários aqui citados promovam os atos necessários para o repasse dos recursos por meio de instrumento jurídico supra indicados.

Curitiba – PR, 17 de maio de 2022.

DS

DS

DocuSigned by:



A0F6B90B39DC43C...

Carlos Alexandre Lorga.

OAB/PR nº 31.119

Assessoria Jurídica COSEMS/PR

DocuSigned by:



B1628C3528D148F...

Marina Sidineia Ricardo Martins

Coordenadora Técnica

COSEMS/PR

Referências

Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº. 02/2017 de 28 de setembro de 2017.** Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. (As citadas portarias GM/MS nº. 3390/13 e nº. 3410/13) encontram-se atualmente inseridas na Portaria de Consolidação nº 02/2017).

Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº. 01/2017 de 28 de setembro de 2017.** Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. (A citada portaria GM/MS nº. 161/10) encontra-se atualmente inseridas na Portaria de Consolidação nº 01/2017).

Presidência da República. **Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Presidência da República. **Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

SESA-PR. **Resolução SESA nº. 1104, de 16 de novembro de 2021.** Institui o Programa Paranaense de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Paraná – “OPERA PARANÁ”.